



27/02/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 602.476 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S) : **MAKRO ATACADISTA S/A**
ADV.(A/S) : **CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO FILHO E**
OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S) : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
ADV.(A/S) : **ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS**
GERAIS

IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – BASE DE CÁLCULO REDUZIDA – EXIGÊNCIA DE ESTORNO. Não conflita com a Carta da República a exigência de o contribuinte efetuar o estorno de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, oriundos das entradas de mercadorias, proporcional à redução de base de cálculo relativa às operações de saída. Precedente: recurso extraordinário nº 635.688/RS, Pleno, julgado sob o ângulo da repercussão geral, acórdão publicado no Diário da Justiça de 13 de fevereiro de 2015. Ressalva da óptica pessoal.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em desprover o agravo regimental no recurso extraordinário, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Alexandre de Moraes, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 27 de fevereiro de 2018.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – RELATOR



27/02/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 602.476 MINAS GERAIS

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
AGTE.(S) : **MAKRO ATACADISTA S/A**
ADV.(A/S) : **CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO FILHO E OUTRO(A/S)**
AGDO.(A/S) : **ESTADO DE MINAS GERAIS**
ADV.(A/S) : **ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Às folhas 372 e 373, proferi a seguinte decisão:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – BASE DE CÁLCULO REDUZIDA – EXIGÊNCIA DE ESTORNO PROPORCIONAL DE CRÉDITOS – CONSTITUCIONALIDADE – NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. Afasto o sobrestamento anteriormente determinado.

2. O Tribunal, no Recurso Extraordinário nº 635.688/RS, substitutivo do Agravo de Instrumento nº 768.491/RS, ambos da relatoria do ministro Gilmar Mendes, assentou, sob o ângulo da repercussão geral, não ter o contribuinte direito ao aproveitamento integral de créditos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS nas operações de saída acobertadas por redução de base de cálculo, devendo utilizá-los proporcionalmente ao benefício concedido. Na ocasião, fiquei vencido, asseverando o direito ao creditamento total como decorrência obrigatória do princípio da não



RE 602476 AGR / MG

cumulatividade.

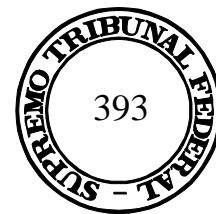
3. Ante o exposto, ressalvada a óptica pessoal, nego seguimento ao extraordinário.

4. Publiquem.

A agravante, na minuta de folha 377 a 379, aduz que o resultado do paradigma não pode ter eficácia antes da publicação do acórdão em virtude da possibilidade de modificação do julgado, inclusive com modulação dos efeitos do pronunciamento, por meio de eventuais declaratórios.

O Estado de Minas Gerais, na contraminuta de folha 383 a 386, aponta o acerto da decisão impugnada.

É o relatório.



27/02/2018

PRIMEIRA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 602.476 MINAS GERAIS

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Atendeu-se aos pressupostos de recorribilidade. A peça, subscrita por profissionais da advocacia regularmente credenciados, foi protocolada no prazo legal. Conheço.

O agravo não merece prosperar. O Tribunal, no recurso extraordinário nº 635.688/RS, substitutivo do agravo de instrumento nº 768.491/RS, assentou, sob o ângulo da repercussão geral, que o contribuinte não tem direito ao aproveitamento integral de créditos do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS nas operações de saída alcançadas por redução de base de cálculo, devendo utilizá-los proporcionalmente ao benefício concedido. Na ocasião, fiquei vencido, asseverando o direito ao creditamento total como decorrência obrigatória do princípio da não cumulatividade.

Destaco ainda que a observância do precedente, para o fim de julgamento dos processos correlacionados, não depende da publicação do acórdão paradigma nem da apreciação de eventual pedido de modulação dos efeitos do decidido.

Desprovejo o agravo.



PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 602.476

PROCED. : MINAS GERAIS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

AGTE.(S) : MAKRO ATACADISTA S/A

ADV.(A/S) : CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO FILHO (6534/DF) E

OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : ESTADO DE MINAS GERAIS

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Decisão: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo, nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Ministro Luiz Fux. Presidência do Ministro Alexandre de Moraes. Primeira Turma, 27.2.2018.

Presidência do Senhor Ministro Alexandre de Moraes. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Luís Roberto Barroso.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma